

DESAFIOS Á PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Gelcimara Martins de Moraes ¹

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é efetuado por um profissional devidamente preparado para atender à demanda escolar e constitui, indubitavelmente, um caminho salutar para a melhoria do processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, além de ser uma ferramenta de inclusão que muito pode auxiliar o professor da sala comum no desenvolvimento das potencialidades dos alunos que precisam de adaptabilidades para aperfeiçoarem as comunicações e interações no espaço escolar e social de modo geral. Posto isto, busca-se com este estudo identificar e descrever as dificuldades que os profissionais do AEE têm em realizar o referido atendimento, bem como explicar as consequências da aplicabilidade dessas práticas no Atendimento em Escolas Estaduais do Município de Manacapuru – AM. Indaga-se: quais são as dificuldades desses profissionais e as consequências da aplicabilidade dessas práticas no referido atendimento? Para tanto, metodologicamente, efetuou-se uma pesquisa qualitativa fenomenológica, de caráter empírico em três escolas públicas do referido município, cujos dados foram coletados mediante a aplicação dos instrumentos observação assistemática, questionários e entrevistas, bem como analisados pela técnica análise do discurso. Constatou-se que os principais desafios são: conquistar o apoio da família no sentido que ela compreenda a importância das atividades que o professor do AEE realiza e melhore a frequência escolar dos alunos; participar de mais cursos de formação continuada; faz-se necessário também melhorar a estrutura das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) onde os atendimentos são realizados.

Palavras-chave: Inclusão, Atendimento Educacional Especializado, Salas de Recursos Multifuncionais, Desafios.

INTRODUÇÃO

No contexto escolar, a inclusão consiste em um processo que envolve os grupos que dela fazem parte, sejam alunos, pais, professores, funcionários e gestores, dos quais se crê, e a partir deles, espera-se que as mudanças frente à necessidade de inclusão sejam parte atuante do contexto profissional onde estão inseridos. Aos indivíduos cabe aprender e conviver com as diferenças e só se aprende tal feito dentro do contexto. Seres humanos, precisam estar abertos às diferenças (AINSCOW, 2011).

A educação inclusiva tem como inferência a ideia de escola para todos, de modo

¹ Doutoranda em Ciência da Educação pela Universidad De Lá Integracion de Lás Américas UNIDA-Paraguai, maramoraes.gel@gmail.com;

assegurar igualdade de oportunidades, aceitando as diversidades. Nesse sentido, trabalhando para a efetivação da inclusão escolar, mais precisamente da pessoa com deficiência, encontram-se os profissionais que atuam nessa importante ferramenta que se propõem a reduzir as barreiras impostas em decorrência de suas condições físicas e mentais.

Logo, o trabalho em educação inclusiva tem sido entendido como algo desafiador, pois há uma visível necessidade de se implementarem mais estudos acerca de como atuar pedagogicamente em uma Sala de Recursos Multifuncionais – SRM, principalmente se considerarmos o quantitativo de pessoas e a diversidade de deficiências nela encontradas.

Nessa ótica, nota-se uma perceptível necessidade de maiores orientações metodológicas e de estimulação frente às necessidades educativas específicas de cada educando, foco desse serviço educacional ofertado em classe específica, além da falta de recursos didáticos a professores e alunos (SILVA,2012).

É sabido, porém, que já se dispõem de cursos de formação específica para esta área de conhecimento e, aos profissionais, é exigido formação peculiar para atuar nela. Diante de tais constatações, passou-se a questionar por que a prática pedagógica dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado – AEE, apesar da formação específica exigida legalmente, ainda necessita de aperfeiçoamento em suas práticas. Diante dessa questão, este trabalho de pesquisa busca investigar os desafios aos professores responsáveis por práticas pedagógicas implementadas no Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Estaduais no Município de Manacapuru, AM.

Assim, o AEE é realizado por um profissional devidamente preparado para atender à demanda escolar. Indubitavelmente, é uma ferramenta de inclusão que muito pode auxiliar o professor da sala comum no desenvolvimento das potencialidades dos alunos que precisam de adaptabilidades para aperfeiçoarem as comunicações e interações no espaço escolar e no cotidiano familiar. Desta forma, com o objetivo de identificar as práticas pedagógicas dos profissionais que atuam no AEE, busca-se descrever as dificuldades que os profissionais têm em realizar o referido atendimento, bem como explicar as consequências da aplicabilidade dessas práticas no Atendimento a partir da aplicabilidade das técnicas de pesquisas selecionadas para tal.

Metodologicamente, optou-se pela pesquisa qualitativa fenomenológica, de caráter empírico em três escolas públicas do referido município, cujos dados foram coletados mediante a aplicação dos instrumentos observação assistemática, questionários e entrevistas, bem como analisados pela técnica análise do discurso. Vale salientar que a supracitada pesquisa, foi aprovada pelo comitê de ética e pesquisa da Universidade na qual foi apresentada.

Efetou-se o levantamento bibliográfico, posteriormente, a observação assistemática, bem como a aplicação de questionário e entrevista para, de forma interpretativa, descrever as análises da pesquisadora acerca de cada variável apresentada, seus critérios de escolha que, em suma, vislumbraram as metas ressaltadas.

Em se tratando de pesquisa de natureza qualitativa, caracterizada como estudo de caso, foi realizada a partir da observação da metodologia e prática dos profissionais do AEE nas escolas estaduais, descrevendo por meio da análise do discurso suas causas e consequências, considerando, por meio do levantamento de literatura, destacar pontos fundamentais para o trabalho.

Nessa perspectiva versou-se pela compreensão da realidade prática desses profissionais, buscando evidenciar o contexto do problema, deixando-o mais explícito para o aprimoramento de ideias, soluções, entre outros (GIL, 2011).

Desenvolvida a partir do uso do método fenomenológico, quando há interesse de apresentar e interpretar os fenômenos identificados pela percepção, onde o objeto de pesquisa é o próprio fenômeno, o qual, também passa pelo conhecimento e método científico, observando a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela confirmação da hipótese (PRODANOV, FREITAS; 2013).

No que diz respeito à amostra, utilizou-se como critério de seleção escolas que tinham salas de recursos, onde havia professores lotados no Atendimento Educacional Especializado-AEE. Assim, das 20 escolas estaduais do município de Manacapuru, apenas 3 se enquadravam no perfil selecionado e dos noventa e seis(96) professores lotados, sete(7) atuavam no AEE, motivo pelo qual foram selecionadas para este estudo.

Nessa linha, levando em consideração as escolas selecionadas, a amostragem levou em conta o quantitativo de docentes ativos no AEE, nos turnos matutino e vespertino, considerando os critérios de seleção, mediante aceitação via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, puderam integrar esta pesquisa, onde todo percurso levou a compreensão do fenômeno estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os dados coletados mediante a aplicação de questionários e entrevistas percebeu-se o quanto os professores-sujeitos necessitam de suporte, tendo em vista as questões de cunho familiares, uma vez que esse envolvimento é necessário para que o AEE tenha sucesso, assim como para os demais segmentos em uma escola, é fundamental a participação

da família, não como protagonista do serviço, mas como apoio a isso na compreensão das atividades que o professor do AEE realiza.

Outro ponto citado pelos professores refere-se à necessidade de melhorar a frequência escolar dos alunos, fator que pode determinar o tempo que o aluno poder levar para obter evoluções positivas do aprendizado tanto na sala de recursos como também na do ensino regular.

Da mesma forma a escola como um todo necessita dar atenção ao trabalho do AEE, pois o resultado beneficiará não só o aluno, mas, também, toda a comunidade escolar, pois a inclusão é uma necessidade real. A frequência e participação dos alunos do AEE precisam ser constantes e, principalmente, produtiva, para que os aprendizes possam se sentir amparados e seguros. Da mesma forma, escola e pais precisam, em sintonia, estar juntos em suas atitudes, uma vez que seus propósitos são os mesmos (HULSENDEGER, 2015).

Atrelado a isso, outro fator citado foi o espaço físico da SRM, pois alegam ser inapropriado, o que dificulta o trabalho realizado com os alunos atendidos. A estrutura inconsistente de uma SRM, onde os espaços físicos e materiais não apresentem condições apropriadas dos locais onde os professores do AEE desenvolvem seu trabalho, afeta não somente o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, mas, sobretudo, a saúde e até o bem-estar dos próprios docentes (ASSUNÇÃO, 2010).

Parte significativa dos sujeitos evidenciaram angústias quanto à necessidade de cursos de formação continuada. Nota-se preocupação em ter melhores condições para desenvolver o trabalho efetuada nas SRMs, mas a baixa oferta de cursos, bem como o pouco acompanhamento pedagógico das atividades que realizam, tem sido fator de desmotivação com a profissão.

Quanto ao conhecimento da legislação que ampara o funcionamento da sala de recurso, bem como da que determina como deve ser o AEE nas escolas, a maioria dos professores-sujeitos apresentaram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a legislação em vigor. Tal observação da realidade preocupa porque torna difícil para esse profissional identificar-se como parte integrante e essencial no cumprimento legal dessa atividade, no espaço da escola, além de contribuir para as discussões escolares e, em cumprimento à legislação, inserir o atendimento na proposta pedagógica das escolas (SADIM; MATOS, 2013).

No que se refere a Estrutura Institucional - Escola, chegou-se às seguintes observações apresentadas pelos professores na entrevista. A pergunta foi: considerando a estrutura onde o AEE está sendo realizado, pode-se dizer que o espaço e material disponível são apropriados?

Uma significativa parcela dos professores-sujeitos deixou claro que as instituições necessitam melhorar a acessibilidade nos espaços comuns, afinal escolas com projetos para acessibilidade oportunizam a inclusão, dando significativo acesso, funcionalidade e mobilidade a qualquer pessoa que necessite (BARRETO; BARRETO, 2014). Uma instituição de ensino que se define como inclusiva deve apresentar dimensões físicas apropriadas para a acessibilidade, desde a entrada, as salas de aula, bem como das demais dependências, pois, certamente, conseguirá promover autonomia aos indivíduos que dela necessitarem (CARVALHO, 2014).

Diante de todo o exposto, e partindo da premissa observada na prática pedagógica do professor do AEE, tornou-se evidente a necessidade de formação continuada dos docentes para que possam atualizar seus conhecimentos e se munirem de informações que venham a contribuir para o trabalho que realizam. Não obstante, é necessário que o docente conheça a legislação que determina suas atribuições porque somente boa vontade não atende as necessidades dos alunos que precisam desse serviço especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a educação brasileira tem passado por uma série de dilemas como redução do investimento, atrasos salariais, ausência de material didático para trabalhar, má estrutura física nas escolas, indisciplina, entre outros dilemas presentes no contexto das escolas.

Nesse espaço de diversos desafios do fazer educação, encontram-se as salas de recursos e, atuando nela, os profissionais do AEE, docentes que têm a responsabilidade de atender alunos com necessidades específicas de aprendizagem e, juntamente com os demais entes da comunidade escolar, promover inclusão, igualdade e equidade para todos.

Durante todo o percurso de desenvolvimento deste estudo investigativo foi possível entender as causas e consequências das práticas pedagógicas dos professores do AEE, bem como identificá-las, compreendê-las e explicá-las, confirmando suas hipóteses e levando a reflexões aprofundadas sobre a prática e quais contribuições que este estudo poderá apresentar à comunidade escolar e acadêmica.

Além disso, ficou comprovado que o maior desafio enfrentado pelo docente de aluno com necessidades especiais constitui-se na falta de aperfeiçoamento – formação continuada – dos professores para atenderem de forma mais concisa e com propriedade, fazendo valer as diretrizes que o norteiam.

Muitos creem que, ao sair da faculdade, os professores detêm o conhecimento necessário à prática. Porém, constatou-se que, mesmo com todos os docentes do AEE possuindo formação pedagógica na área mediante cursos de especialização, eles necessitam de cursos de formação continuada. Seguindo esta linha, os cursos de licenciatura de área específica não têm como foco a educação Inclusiva; ela é tida como um tema ou disciplina abordada numa quantidade específica de horas, com pouco aprofundamento e discussões sobre o tema (BASSO; CAMPOS, 2019).

Conhecer as diretrizes que tornaram o AEE uma possibilidade real e que o define como um serviço necessário aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem é fundamental que o docente tenha consciência de suas normas, para poder fazer valer o que o define no espaço escolar e o que se viu nesse estudo foi o oposto, ou seja, pouco conhecimento e práticas equivocadas por falta de informação sobre a legislação tanto das SRM quanto do AEE.

Assim, espera-se que os dados divulgados nesta pesquisa possam ser utilizados por outros pesquisadores e que as recomendações sirvam de incentivo na busca de boas práticas de educação inclusiva nos diversos espaços contidos numa escola pública e fora dela.

Todo processo de conclusão deste estudo deu-se a partir da reflexão de todo itinerário percorrido até sua concretização. As aspirações, expectativas, ideias e pressupostos foram se entremeando e se transformando em construção de conhecimento.

Palavras-chave: Inclusão, Atendimento Educacional Especializado, Salas de Recursos Multifuncionais, Desafios.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. **Caminhos para escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Educação Profissional, 2011.
- ASSUNÇÃO, A. Á. Adoecimento. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.
- CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6ª ed. Porto Alegre, 2014.
- BARRETO, M. A. O. C.; BARRETO, F. O. C. **Educação Inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem**. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2014.
- BASSO, Sabrina Pereira Soares; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. **Licenciaturas em Ciências e Educação Inclusiva: a visão dos/as licenciandos/as**. Revista Eletrônica de



Educação, [s. l.], p. 554-571, 2019. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2522/767>. Acesso em: 5 nov. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HULSENDEGER, Margarete J V C. **A importância da família no ato de educar**. Ano 2015. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/067/67hulsendeger.htm>. Acesso em outubro de 2020

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Porto Alegre - RS: Feevale, 2013.

SADIM, G. P. T.; MATOS, M. A. S. **Política educacional inclusiva: o atendimento da criança autista em salas de recursos multifuncionais na rede municipal de Manaus**. VIII Encontro Da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, Londrina de 05 a 07 de novembro de 2013 – ISSN 2175-960X.

SILVA, A. M. **Educação Especial e inclusão escolar: histórias e fundamentos**, Curitiba: Intersaberes, 2012.